

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito em primeiro lugar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer uma reflexão. Evidentemente que dez minutos é um tempo curto para fazer uma análise sobre as questões de segurança pública, ou da falta de segurança pública que é cada vez mais visível na sociedade catarinense e brasileira.

A presença de organizações criminosas no nosso estado, os ataques a alvos da segurança pública, a ônibus e a outros estabelecimentos é consequência - e já falei isso desta tribuna - de duas décadas e meia de fragilização dos serviços públicos em geral, dos serviços essenciais em geral e também das estruturas e das instituições de segurança.

O que chamam de neoliberalismo, a meu ver erroneamente, porque não tem nada de liberal e muito menos de neo, é velho, é ultrapassado, retornando ao século XVIII a proposta que se chama de o miolo programático econômico, do que se chama neoliberalismo no Brasil e no mundo hoje. Na verdade, é um retrocesso ao século XVIII em termos de direito para os trabalhadores e em termos de civilidade no interior de uma sociedade.

Então, não consigo chamar esse troço de neo e muito menos de liberal, pois na verdade é a pressão e a opressão dos monopólios contra a sociedade e sobre os próprios governos, sobre o próprio estado, fazendo com que cada vez mais sejam restringidos os direitos que deveriam ser universais. E a aplicação dessa política tem fragilizado os serviços públicos no Brasil e levado a esse aprofundamento da barbárie que se vê na sociedade pelo crescimento da criminalidade.

Especificamente, o sistema prisional também tem sido abandonado, e aqui caberia uma reflexão aparte, porque faz dez anos que a Polícia Militar está recuando de dentro dos estabelecimentos prisionais ou, melhor dizendo, da sua função de fazer a guarda externa, a segurança externa do sistema prisional. E isso tem sido defendido em teses de curso superior da polícia, que seria um mestrado, um doutorado, pelos nossos chefes há dez anos ou mais, que é também causa das consequências que vimos agora.

Há quase dez anos, por coincidência, dentro de um avião desses que nunca chega porque está com problema de pousar e de levantar do destino correto - eu deveria vir para Florianópolis para ficar circulando no centro oeste quase uma noite inteira -, ocupei o banco ao lado de uma autoridade da Segurança Pública. Mas não vou citar nem o posto nem a graduação e nem o nível daquela autoridade.

E a tese do sujeito, que a expôs muito bem, era a seguinte: "Nós temos que ser um grupo menor na nossa instituição e tem que se criar nos municípios estruturas que vão fazer o serviço sob

a nossa supervisão". Esta era a tese do sujeito, uma autoridade da Segurança Pública.

Essa tese tem propiciado que a Polícia Militar recue e os municípios assumam o trânsito - e não tenho nada contra os guardas municipais, pelo contrário, somos companheiros dos guardas municipais. A Polícia Militar recua e os municípios assumem o trânsito, a Polícia Militar recua e contrata-se uma empresa privada para fazer o serviço que a Polícia Militar fazia até agora, e fez durante décadas ou séculos.

Mas essa era a tese da autoridade de Segurança Pública. Se fosse uma política de um governo mal chamado de neoliberal ou de direita reacionária conservadora, ainda vá. Mas não! Era um ponto de vista de uma autoridade da Segurança Pública.

E um erro estratégico - e esse debate precisa ser feito - agora, recentemente, no estado de Santa Catarina, foi que o comandante-geral extinguiu a Companhia de Guarda que fazia a segurança externa dos estabelecimentos prisionais na Grande Florianópolis.

Mas, repito, há dez anos a Polícia Militar está recuando com o aplauso dos governos, e talvez aplauso de outros, porque daí contratam uma empresa terceirizada, não raras vezes que tem como proprietário algum aliado de alguém que esteja no governo.

E digam-me se um vigilante privado contratado pela CLT, que ganha um salário mínimo para enfrentar a corrupção que vai pesada para cima dos profissionais de segurança, tem condições de enfrentar os descaminhos e a pressão do crime organizado e até, possivelmente, de servidores não muito honestos?

Eu tenho um profundo respeito e amigos entre os agentes penitenciários - eu trabalhei por 16 anos no Sistema Prisional -, amigos de jogar futebol e de confraternizar, de ser praticamente compadre. E evidentemente que eu não tenho absolutamente nada contra os agentes penitenciários, pelo contrário, tudo a favor deles.

Nos últimos anos tivemos o assassinato de dois agentes penitenciários aqui em Santa Catarina. A Deise Alves há poucos anos e agora, há cerca de um mês, o Luiz Carlos Dallagnol, no sul do estado.

Portanto, os agentes penitenciários também estão sendo vítimas, ou as primeiras vítimas, desse processo. Mas é preciso que dentro dessa amizade, dentro desse companheirismo e dessa fraternidade eu diga também aos agentes penitenciários que eles estão na tese há dez anos, ou mais, também de quererem assumir sozinhos o sistema prisional e ajudar a colocar para fora do sistema prisional a Polícia Militar, mas na tese de que eles próprios serão, e muitos entendem que já o são, uma Polícia, de criarem o seu próprio grupo armado para realizarem escolta, como se fosse um batalhão de choque, dentro de um sistema prisional.

O sistema prisional cria ódio mútuo, recíproco. É preciso que haja mais controle e mais certeza por parte dos apenados de que não se está falando de um pequeno grupo de servidores mal assegurados do ponto de vista constitucional e legal e do ponto de vista estrutural de força.

Então, essa fragilização que têm os agentes penitenciários como talvez as primeiras vítimas é também reflexo dessa concepção errada de que a Polícia Militar não deva ser a responsável pela segurança externa dos estabelecimentos prisionais, mas lá dentro, olhando na grade, nos olhos, olhando de frente, na cara do apenado.

Essa reflexão é muito maior. Ficar gritando por mais leis para punir mais? Já tem lei, mas não tem estrutura, não tem serviço público, não tem vaga no sistema prisional. Os governos não cumprem a lei de execução penal. Nunca foi cumprida no Brasil a lei de execuções penais.

A minha tese é de que precisa, sim, de uma baliza na legislação internacional, o respeito a uma baliza civilizatória, mas é preciso agir também com firmeza e dureza.

As duas posições, da direita e a da esquerda, estão erradas. Como sou um militante de esquerda, acho que temos que fazer esse debate no interior

da esquerda, porque na situação em que está infelizmente não é uma reflexão filosófica que resolverá o problema.

A sociedade clama e precisa que o estado cumpra o seu dever. Evidentemente que baseado, revestido numa baliza civilizatória, seguindo o melhor do direito internacional e nacional também. Mas há que endurecer, há que agir com firmeza, para proteger a sociedade, a civilidade e impedir que a barbárie se aprofunde cada vez mais.

Esse é o clamor justo e necessário da população catarinense e da população brasileira. É preciso que todos nós ajamos e pensemos dessa forma, combatendo o desmonte dos serviços públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário das Breves comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados Partido Social Democrático.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc, também aqui nas galerias da Assembleia, essa questão da segurança pública que o deputado Sargento Amauri Soares falava é bem complexa. E tenho falado muitas vezes, aqui da tribuna desta Casa, sobre a questão da impunidade e o que isso representa para a sociedade.

Claro que a impunidade é o maior incentivador da criminalidade. O pai que não educa o seu filho tem um filho rebelde. O criminoso que sabe que por mais atos que ele pratique não venha a responder, ou se responder é de forma leve, continua a praticar crimes.

Quem é que está comandando o crime organizado em Santa Catarina? São marginais condenados a mais de 80 anos, 100 anos de prisão, que não têm o que perder, que ficam aliciando, ameaçando, matando,

porque matar mais um para eles não representa nada.

Vimos agora, esta semana, pela televisão, um preso jogando outro do telhado, lá naquele presídio de Guarapuava, onde tinha rebelião. Então, são essas pessoas que, infelizmente, às vezes acabam tendo o benefício da lei. E vou citar um exemplo. Quando começou a primeira onda de ataques aqui em Santa Catarina, os marginais ordenaram, estes condenados a 100 anos, e aqueles que deveriam estar na prisão e estavam liberados executaram a agente prisional Deise, esposa do Carlos que era o diretor do presídio de São Pedro de Alcântara. E, para minha surpresa, esta semana fiquei sabendo que o autor daquele crime já está na rua. O marginal que matou a agente prisional Deise já está na rua.

Então, como é que vamos ter segurança pública? Que lei é essa? Que Justiça é essa que vai dar segurança pública, se o marginal sabe que mata e que vai ficar na rua?

Não adianta construir presídio, não adianta colocar mais policiais, porque se não estivessem descobrindo os crimes, arrumando provas e colocando na cadeia, era uma coisa. Mas os presídios estão abarrotados, os crimes são esclarecidos. Os índices, em Santa Catarina, de elucidação de crimes são os maiores do Brasil. Mas não adianta elucidar, arrumar provas, condenar, quando uma lei sem-vergonha, que não pune, estabelece mil direitos e dali a pouco coloca essas pessoas na rua.

Então, não adianta cobrar da Segurança Pública mais policiais, não adianta cobrar mais presídios, não adianta cobrar nada, se o marginal vai para a rua. Temos é que mudar a concepção da lei, o próprio entendimento dos juizes. Mas não adianta mudar o entendimento dos juizes, porque daí vai um recurso a Brasília e diz que o juiz não cumpriu a lei, que deveria colocar na rua aquele marginal.

Então, ficamos chovendo no molhado, cobrando do governo que já está fazendo, que é aumentar o número de policiais para aumentar a segurança pública.

Hoje, no Centro Administrativo do governo, no Teatro Pedro Ivo, realizar-se-á a formatura de mais de 200 agentes prisionais. Mas não vai adiantar o policial prender, investigar, se a lei coloca o marginal na rua. Então, os valores estão invertidos.

Por isso, se fizermos uma pesquisa com a sociedade, obtém-se 80%, 90% a favor da deliberação da compra e do porte de arma para o cidadão, porque o cidadão só vê uma alternativa que é a autodefesa, através de uma arma em casa, para se proteger. Entendo que não deve ser assim, mas não há alternativa para o cidadão.

Temos o marginal que matou a agente Deise Alves há dois anos, três anos, deputado Mauro de Nadal, quando começou a primeira onda de atentados. Assim, não adianta querer mais mil policiais, porque a Polícia está prendendo. Se os presídios não estivessem superlotados, a segurança não estaria funcionando. A segurança funciona, o marginal vai preso, mas a lei o coloca na rua. Assim não adianta.

O governo do estado já nomeou quase cinco mil novos policiais e está formando mais 200 agentes prisionais, mas não vai resolver, se lá em Brasília não acordarem, não mudarem a legislação. E temos que ser duros com o marginal.

Aquele que comete um erro não precisa nem ser punido, porque só de ser chamado em Juízo já sente aquilo como uma pena e não vai mais praticar crimes, mas tem aquele que tem a índole voltada para a criminalidade, e aí o presídio não ressocializa.

Presídio ressocializa quem quer se ressocializar, quem cometeu um erro e quer votar a ter uma vida digna, uma vida de bem. Quem não quer não adianta, não tem mágica. Não adianta colocar o marginal pela porta da frente e achar que ele vai sair dali um anjinho.

Não é porque lá dentro deram curso, palestra, que resolve tudo. Não resolve para quem não quer. Resolve para quem quer. Não precisa nem ficar preso, faz uma audiência, adverte, manda para cá, e ele vai trabalhar. Agora, quem pratica essas

atrocidades em Santa Catarina e no Brasil não quer oportunidade. E aí vem a Páscoa, o Dia dos Pais, o Natal, e a Justiça tem que liberar, porque a lei determina, então, sai um monte de detentos para a rua não para visitar a família, não para buscar uma oportunidade, não para planejar como vai ser a sua vida quando sair da prisão, mas sai para praticar crimes.

É lamentável fazer esse comentário a respeito da criminalidade, assunto abordado pelo deputado Sargento Amauri Soares.

O governo estadual está, sim, fazendo a sua parte, colocando policiais na rua. Temos uma Polícia bem preparada, bem treinada, em Santa Catarina. Temos excelentes profissionais que não se desestimulam, mesmo vendo o seu serviço virar em nada, pois o marginal é preso e poucos meses depois está na rua, e a Polícia prendendo sempre os mesmos. O índice de reincidência é grande, porque o marginal que vai para a cadeia é solto e vai continuar a reincidir.

Então, não adianta chover no molhado, pois não vai resolver.

Quero aproveitar para saudar o prefeito de Guaraciaba, Roque Luiz Meneghini, prefeito que tem comandado um grande desenvolvimento naquele município, feito grandes transformações. Sei que o prefeito está nessa luta da questão da desapropriação da BR-63 que está sendo ampliada e que muitos moradores vizinhos à rodovia já foram atingidos. Ontem ainda estávamos vendo essa questão, e o prefeito Roque, juntamente com o vereador Pedro Trevisol, tem cuidado dessa questão.

Outro tema que quero abordar, já que o tempo do partido permite, é a produção de leite em Santa Catarina, que dobrou em uma década. Santa Catarina é hoje o quinto maior produtor do Brasil na produção de leite e caminha a passos largos para já ultrapassar Minas Gerais e ser o quarto produtor de leite. E o oeste catarinense responde por 73% da produção do nosso estado. Esse trabalho começou há mais de 30 anos, e muitas pessoas tiveram participação nessa questão de mudar o

perfil do oeste catarinense e levar para a produção de leite.

Quero destacar aqui a pessoa do Acari Menestrina que como técnico agrícola chegou ao extremo oeste e começou a trabalhar a questão da bacia leiteira, fundando o Laticínio Cedrense. Ele também é proprietário do Grão Mestre, hoje uma das maiores produtoras de queijo do Brasil e do mundo.

Hoje Santa Catarina se destaca na produção de leite, com 1,5% do território nacional. É o quinto produtor e já caminhando para ser o quarto produtor de leite. E com isso proporciona uma nova qualidade de vida ao nosso agricultor que antes dependia só da sua safra. Era uma renda anual, instável, porque dependia da chuva, da seca, do valor do produto, das importações. Mas na produção leiteira o produtor tem uma renda mensal garantida.

Então, mudou hoje a qualidade de vida dos produtores de leite, da nossa agricultura, do estado, mesmo daquele que atua na área de produção, plantação, mas que também tem aquele rendimento mensal em razão da produção de leite. Ainda hoje acompanhei nos noticiários de economia que o agronegócio que está em alta, principalmente falando da produção de leite em Santa Catarina, que dobrou em uma década.

Para finalizar, quero deixar as nossas felicitações aos agentes prisionais que se formam hoje no Centro Administrativo, que vêm para melhorar e qualificar ainda mais a segurança pública do nosso estado. Parabéns a todos os formandos, parabéns às famílias e parabéns ao governador do estado que tem investido na área da segurança pública e na contratação de pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Não havendo deputados integrantes do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados integrantes do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados integrantes do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não há deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra.

Temos na mesa um pedido para a suspensão da sessão, nesta manhã, assinado pelo deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde desta Assembleia, e com a assinatura dos líderes de partido, para que pudéssemos abrir um espaço de dez minutos para a representante do Conselho de Segurança Alimentar de Santa Catarina, sra. Adélia Maria Schmitz, discorrer sobre o Dia Mundial da Alimentação.

Assim, convido a sra. Adélia Maria Schmitz para fazer uso da palavra.

Esta sessão está suspensa por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0168/2014, 0223/2014, 0320/2014, 0401/2014, 0414/2014, 0421/2014, 0423/2014, 0428/2014, 0429/2014, 0468/2014, 0488/2014, 0532/2014, 0537/2014, 0549/2014, 0570/2014, 0582/2014, 0604/2014, 0611/2014, 0613/2014 e 0624/2014, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0102/2014 e 0133/2014, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0185/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0202/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0207/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0212/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0220/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0231/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0234/20214.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0249/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu gostaria de registrar a presença da Michele, assessora de imprensa da Câmara de Vereadores do município de Porto União, e do vereador Carlos Roderlei Pin, o Polaco, do Bifão, nosso amigo que está aqui na Capital tratando de assuntos de interesse do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro. Sejam bem-vindos.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a presente sessão.